

**AgRg na PET no HABEAS CORPUS Nº 526.221 - CE
(2019/0235313-5)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : JOSE VANDERLAN ALMEIDA ARRUDA
ADVOGADO : BRUNO LIMA PONTES - CE029231
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. LATROCÍNIO. INDEFERIMENTO DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. EXCESSO DE PRAZO PARA O JULGAMENTO DA APELAÇÃO. SUPERAÇÃO DA SÚMULA N. 691 DO STF. POSSIBILIDADE. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA *IN LIMINE*. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Se a admissão de habeas corpus, quando substitui recurso próprio, não tem sido tolerada por esta Corte, com muito mais razão será a inviabilidade de *writ* que se volta contra decisão que indefere pedido de liminar na origem. Incide, portanto, a Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, também observada por este Tribunal Superior, cuja suplantação somente é possível quando a percepção de ilegalidade seja manifesta e incontestada, o que ocorre na hipótese vertente.

2. O Superior Tribunal de Justiça é firme em salientar que o total de pena imposta ao réu deve ser considerado para fins de análise do alegado excesso de prazo no julgamento da apelação.

3. No caso, o paciente – condenado em primeiro grau a 20 anos de reclusão – se encontra preso por 3 anos. Logo, embora injustificada e indevida a delonga para o processamento do recurso de apelação perante a Corte local, não é o caso, ainda, de determinar a soltura do paciente, ante a quantidade de pena aplicada, bem como o fato de aparentemente terem sido ultimadas as providências para o processamento da apelação na corte estadual.

4. As informações noticiam que, "no tocante à Apelação Criminal interposta pelo acusado, [...] [o recurso] já se encontra neste Sodalício, tendo sido distribuído por prevenção à signatária, em 16 de agosto de 2019, estando o feito, neste momento, com vista

ao Ministério Público para ofertar a devida manifestação de mérito".

5. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 26 de novembro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**